



Relato de experiência

Pandemia da COVID-19 e seus reflexos na manutenção da Alimentação Escolar em municípios Piauienses

The COVID-19 pandemic and its effects on the maintenance of school food programs in Piauí municipalities

Marize Melo dos Santos, Doutora, CECANE-UFPI, marizesantos@ufpi.edu.br;
Amália de Jesus Moura Sinimbu, Especialista, CECANE-UFPI, amaliasinimbu@hotmail.com;
Elaine Carvalho de Moraes, Mestre, CECANE-UFPI, elaine_carvalho.2@hotmail.com;
Elizabeth Maciel de Sousa Cardoso, Especialista, CECANE-UFPI, nutrisousa@hotmail.com;
Jéssica Daniele Lustosa da Silva, Doutora, CECANE-UFPI, jessica.04lustosa@gmail.com;
Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Doutora, CECANE-UFPI, ceciliama-
ria.pop@hotmail.com.

Resumo

Em razão da pandemia da COVID-19 e da suspensão das aulas no Brasil, foi autorizada a distribuição de alimentos aos estudantes mantendo-se as refeições para suprir suas necessidades nutricionais, de acordo com a legislação. O estudo realizou reflexões a partir de relatos de atores do PNAE durante o monitoramento em municípios do Piauí, em 2020, para visualizar como a pandemia influenciou na execução do PNAE. A maioria das Entidades Executoras definiram como estratégia de manutenção da alimentação escolar a entrega de kits. Os responsáveis pela alimentação escolar relataram dificuldades para definir critérios de distribuição dos kits como a periodicidade e manutenção da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos. A equipe do CECANE-UFPI observou dificuldades recorrentes na aquisição de gêneros da agricultura familiar, e em alguns casos essas dificuldades foram potencializadas durante a pandemia do “novo coronavírus”

Palavras-chaves

Coronavirus; Alimentação Escolar; Comercialização.

Abstract

Due to the COVID-19 pandemic and the suspension of classes in Brazil, per the legislation, food was allowed to be distributed to students to meet their nutritional needs. The current study resulted in reflections from reports of PNAE actors during monitoring activities in Piauí municipalities in 2020; the goal was to visualize how the pandemic influenced the execution of the PNAE. Most executing entities decided to maintain school food programs through the delivery of kits. Those responsible reported difficulties in defining criteria, such as the frequency and maintaining adequate quantities and the nutritional quality of food. The CECANE-UFPI team observed difficulties in acquiring family farming goods, a situation recurrent in several cases; these difficulties were exacerbated during the pandemic of the "new coronavirus".

Keywords

Coronavirus; School Food Programs; Marketing



INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Assim, os estudantes devem receber refeições com cardápios elaborados por nutricionistas para suprir suas necessidades nutricionais, de acordo com a legislação (BRASIL, 2020a).

Para assegurar a qualidade e diversificação do cardápio, a Lei nº 11.947/2009, estabeleceu que, no mínimo 30%, os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às Entidades Executoras (EEx) devem ser usados na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (AF) (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, o FNDE firmou parcerias com Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e constituiu os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANE's. Assim, a parceria entre o FNDE e a Universidade Federal do Piauí foi estabelecida em 2016, com o intuito de apoiar os municípios Piauienses.

Devido a suspensão das aulas no Brasil, em razão da pandemia da COVID-19, as EEx precisaram se adequar para garantir alimentação aos alunos de forma universalizada. Com isso, foi autorizada, em caráter excepcional, conforme a Lei nº 13.987/2020, e a Resolução nº 2/2020, a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do PNAE, às famílias dos estudantes, com acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar.

Esse contexto gerou dificuldades na execução do PNAE e na manutenção da Segurança Alimentar dos beneficiários, observadas durante as atividades de monitoramento e assessorias a municípios piauienses, no ano de 2020. Nesse sentido, as reflexões aqui apresentadas tiveram como objetivo analisar o cenário de pandemia e sua influência na oferta da alimentação escolar, na rede pública de ensino do estado do Piauí.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esse contexto gerou dificuldades na execução do PNAE e na manutenção da segurança alimentar dos beneficiários, observadas durante as atividades de monitoramento e assessorias a municípios piauienses, no ano de 2020. Para melhor compreensão do atual cenário de pandemia este trabalho está estruturado em introdução, embasamento teórico, percurso metodológico, discussão e considerações finais.

EMBASAMENTO TEÓRICO DO TEMA

Com a pandemia COVID-19, várias organizações do mundo sinalizaram riscos à segurança alimentar de crianças e aos agricultores que forneciam alimentação escolar, devido a interrupção das aulas presenciais (UNESCO, 2019a, 2019b). No Brasil, o PNAE sofreu mudanças que ocasionaram a descontinuidade da universalidade do programa, em função de maiores dificuldades e desafios que surgiram no atual contexto, o qual resultou no descumprimento do direito à alimentação escolar saudável para os alunos da rede pública municipal e estadual (CORREA *et al.*, 2021).

Ainda na análise dos autores referidos acima, embora a Resolução nº 02/2020-FNDE priorize a compra de alimentos provenientes de agricultores familiares da região, há evidências de que alguns produtores foram afetados pela lentidão ou falta de iniciativas das EEx em relação à compra e distribuição desses alimentos, nesse período.

ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL

Conforme observado, algumas EEx realizaram transferência dos recursos financeiros para a família dos alunos, embora a legislação tenha autorizado apenas a distribuição imediata de alimentos adquiridos com os recursos do PNAE (BICALHO, 2020).

Diante das dificuldades relatadas para a entrega dos kits como a definição de critérios, periodicidade de entrega, manutenção da quantidade e qualidade nutricional dos gêneros alimentícios distribuídos, observaram-se entraves para o cumprimento da legislação, no âmbito do Estado.

Na intenção de garantir a alimentação aos alunos, alguns municípios selecionaram aqueles de famílias vulneráveis e que residiam na zona rural ou que já participavam de algum programa assistencial. Outra forma de seleção dos beneficiados foi o “rodízio dos alunos” em grupos, para possibilitar o revezamento das entregas e assim garanti-las. No entanto, devido à realização desses recortes houve o comprometimento do atendimento universal exigido pelo programa, em função dos recursos financeiros.

Em contraponto a essa realidade, também se observaram Entidades Executoras que atenderam a todos os alunos matriculados. Contudo, um fator limitante para o cumprimento da quantidade e qualidade dos gêneros distribuídos foi o custo dos kits de alimentação, uma vez que eles foram compostos com uma variedade e quantidade menor

de alimentos, além de serem distribuídos em menor frequência.

Ressalta-se que os kits deveriam seguir as mesmas regras da legislação do PNAE com relação a qualidade nutricional. Como exemplo, a manutenção do fornecimento de frutas e de hortaliças *in natura* ou produtos minimamente processados, respeitando as necessidades nutricionais, hábitos e cultura alimentar, além de atender critérios de sustentabilidade, sazonalidade, diversidade agrícola e promoção da alimentação saudável (BRASIL, 2020b). Assim, mesmo durante a pandemia é essencial a continuidade das compras de gêneros da AF, conforme a Resolução nº 02/2020-FNDE.

Contudo, foram observadas dificuldades na aquisição de gêneros da agricultora familiar. Os representantes da gestão municipal citaram como principais fatores para ausência desses alimentos nos kits a falta de organização e documentação dos agricultores, dificuldade na logística de entregas, adequação de preços dos gêneros, a inexistência de articulação entre gestores e agricultores, desinteresse dos agricultores em participar do programa devido à falta de confiança em relação ao poder público local.

Evidências anteriores à pandemia, verificadas em relatórios, parciais e final, foram apontadas pelas EExs como dificuldades para a compra de produtos da AF, sendo elas a não realização de chamada pública, falta de nutricionista responsável pela alimentação escolar, falta de articulação dos atores do PNAE, produção agrícola local insuficiente para atender a demanda das escolas, possivelmente devido à estiagem, pouca divulgação da chamada pública, falta de organização e dificuldade dos agricultores na emissão da nota fiscal, falta de interesse destes em fornecer para o PNAE, dentre outras.

Estudos realizados por Soares *et al.* (2018) e Bacarin *et al.* (2017) corroboram com as análises apresentadas no cenário aqui descrito. Assim, evidenciam-se que esses problemas persistem e que alguns deles foram potencializados durante a pandemia do “novo coronavírus”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A suspensão das aulas, como forma de controle da COVID-19 no Brasil, afetou diretamente o PNAE e reforçou a insegurança alimentar de estudantes e agricultores familiares que forneciam para a alimentação escolar em municípios do Piauí. Entretanto, a maioria das Entidades Executoras do Piauí elegeram a entrega de kits de alimentos às famílias dos alunos como forma de manter a alimentação escolar durante a pandemia.



Foram identificados como fatores limitantes à execução do PNAE a redução na compra de gêneros da agricultura familiar pelas EExs, comprometimento da quantidade e qualidade dos alimentos fornecidos e o cumprimento do direito à alimentação escolar. É notório que esses pontos precisam ser monitorados pois afetam a garantia da alimentação saudável, independente do período de calamidade pública.

AGRADECIMENTOS

O CECANE-UFPI agradece ao FNDE pela oportunidade de desenvolver o trabalho de monitoramento e assessoria às Entidades Executoras no estado do Piauí.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Daniela. The National School Feeding Program as a guarantee of the right to food during the pandemic. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução n.º 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 mai. 2020. Seção 1, p. 38.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução n.º 2, de 7 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 abr. 2020. Seção 1, p. 27.

BRASIL. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do PDDE aos alunos da educação básica; altera as Leis n.º 10.880/2004, 11.273/2006, 11.507/2007; revoga a Medida Provisória n.º 2.178-36/2001, e a Lei n.º 8.913/1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

CORREA, Elizabeth Nappi; NEVES, Janaina; SOUZA, Lidiamara Dornelles; LORINTINO, Camila da Silva; PORRUA, Priscila; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. School feeding in Covid-19 times: mapping of public policy execution strategies by state administration. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 33, 2020.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda. The partnership between the Brazilian School Feeding Program and family farming: a way for reducing ultra-processed foods in school meals. **Public Health Nutrition**, v. 21, n. 1, p.230-237, 2018.



ASSIS, Silmara Christina; PRIORE, Silvia; Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2:617-626, 2017.

SOARES, Panmela.; MARTINELLI, Suellen Secchi; FABRI, Rafaela Karen; VEIROS, Marcela Boro; DAVÓ-BLANES, Mari Carmen; CAVALLI, Suzi Barletto. Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis: uma avaliação da execução financeira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, p.4189-4197, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação: da interrupção à recuperação**. Paris: Organização; 2021a. Acesso em: 28 de março de 2021. Disponível em: https://pt.unesco.org/covid19/resposta_educacional.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **FAO faz alerta sobre o impacto do Covid-19 na alimentação escolar na América Latina e no Caribe**. Roma: Organização; 2021b. Acesso em: 28 de março de 2021. Disponível em <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1267030/>.